

A IGREJA CATÓLICA E O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO COMBATE À “POBREZA” E À “EXCLUSÃO SOCIAL”

JOANNES PAULUS SILVA FORTE¹

Resumo: O objetivo desta pesquisa foi analisar a atuação evangelizadora da Igreja Católica por meio do trabalho dos chamados “agentes de Cáritas” para o desenvolvimento da “Economia Popular Solidária” (EPS), engendradas pela Cáritas Brasileira, organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), no estado do Ceará (2004-2008). A partir da “solidariedade” cristã católica, os agentes desenvolvem atividades econômicas associativistas com o seu público preferencial (“os pobres”), no intuito de imprimir o que chamamos de *moral solidária*. Esta é fundamental para a produção de um modo de ser e de viver, cujo nome é “cultura da solidariedade”, que se baseia nos princípios ideais de autogestão, cooperação, igualdade, democracia e preservação do meio-ambiente. Conclui-se que, por meio dos agentes de Cáritas, a Igreja Católica tem agido com o fim de conduzir os “excluídos” à *economia solidária*, contribuindo para a manutenção do *tecido social* e combatendo a pobreza e as *formas perversas de inclusão*.

Palavras-chave: *Transformações capitalistas. Igreja Católica. Economia Solidária. Cultura da Solidariedade. Pobreza. Exclusão social.*

Abstract: The objective of this research was to analyse the performance of evangelization of the Catholic Church through the work of so-called “agents of Caritas” for the development of a “Popular Solidarity Economy” (EPS), engendered by Caritas Brasileira body linked to the National Conference of Bishops of Brazil (CNBB), state of Ceará (2004-2008). From the “solidarity” Catholic Christian, the agents develop economic activities associative with its public preferred stock (“the poor”) in order to print what We call a *moral solidarity*. This is essential for the production of a way of being and living, whose name is “culture of solidarity”, wich is based on ideal principles of self-management, cooperation, equality, democracy and preserving the environment. We conclude that, through the agents of Caritas, the Catholic Church has acted in order to drive the “excluded” the solidarity economy, contributing to maintaining the *social fabric* and by fighting poverty and *perverse forms of inclusion*.

Keywords: *Capitalist transformations. Catholic Church. Solidarity Economy. Culture of Solidarity. Poverty. Social Exclusion.*

¹ Mestre em Sociologia pela *Universidade Federal do Ceará* (UFC). Professor da *Faculdade Luciano Feijão* (FLF). Coordenador Geral do Núcleo de Pesquisa e Extensão da *Faculdade Luciano Feijão* (FLF). E-mail: joannespaulus@virtual.ufc.br

Este artigo reflete sobre os modos como a Igreja Católica² *desce* ao reino dos homens, a fim de conduzi-los na construção de relações econômicas “desinteressadas” e “solidárias”. Trata-se de uma versão da atuação evangelizadora da Igreja, que se insere na base material da sociedade, com propósito de combater a “pobreza” e a “exclusão social”, possivelmente nos limites do processo de secularização da instituição cristã. Dentro desse amplo assunto, destaco a importância da *economia solidária*³ no combate à “pobreza” em muitos países, inclusive no Brasil, por meio da atuação de várias agências, entidades e organizações, dentre elas a Cáritas Brasileira (CB), organismo da Igreja Católica vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

A Cáritas atua junto a populações “pobres”, desenvolvendo os chamados “grupos solidários de produção” por meio de profissionais denominados “agentes”. Estes atuam em várias áreas que estão dispostas sob a forma de linhas de ação⁴ da Cáritas. Neste trabalho, analiso a atuação do agente

2 A Igreja Católica não é um bloco monolítico plenamente harmonioso. Na Igreja existem disputas político-ideológicas pelo poder que a fazem ser uma instituição diversa e adversa. Todavia, há um discurso institucional preponderante que deve ser considerado, mas sempre em confronto com outras versões provenientes de diversos setores que a compõem. Por esse motivo é fundamental *olhar, ouvir e escrever* (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000) na consideração de que há uma história não contada pelo discurso oficial. Neste artigo, a história à qual me refiro é feita cotidianamente pelos sujeitos que fazem parte do universo que compõe o “serviço social” da Igreja chamado Cáritas Brasileira, no Ceará.

3 De acordo com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (BRASIL, 2006), a *economia solidária* pode ser definida como uma forma de trabalhar, produzir, comercializar e consumir baseada nos seguintes princípios: 1) autogestão; 2) democracia; 3) cooperação; 4) centralidade do ser humano; 5) valorização da diversidade; 6) emancipação; 7) valorização do saber local; 8) valorização da aprendizagem; 9) justiça social na produção e 10) cuidado com o meio ambiente (BRASIL, 2006, p. 32-3), colocando-se como um modo de produção de riqueza do qual as pessoas são, coletivamente, trabalhadoras-proprietárias e gerentes do seu próprio trabalho e de sua produção. A *economia solidária* surge com o propósito de combater a “pobreza” e a precarização do trabalho geradas pelo processo de desenvolvimento do capitalismo moderno, e propõe um modelo de desenvolvimento econômico em consonância com o meio ambiente, “ecologicamente sustentável, socialmente justo e economicamente dinâmico” (“desenvolvimento sustentável e solidário”) (BRASIL, 2006, p.33). Atualmente, vários pesquisadores estão realizando estudos sobre essa recente forma econômica nas dimensões do trabalho, da produção, da comercialização, do crédito e do consumo. Enfim, trata-se de um fenômeno crescente no Brasil, que vem se caracterizando como um *movimento*, fato que suscita um debate que apenas começa. Sobre a *economia solidária* ver Oliveira (2006); Cattani (2003); Gaiger (2004); Singer (2002); Singer e Souza (2000); Pinto (2006); Lechat (2004); Santos (2002); e Cattani, Gaiger, Hespanha e Lavelle (2009).

4 Segundo material institucional da Cáritas (2006a, p.16), “as linhas de ação são diretrizes prioritárias definidas em assembleia, válidas para quatro anos. Cada uma delas se desdobra em um ou mais Programas de Ação”.

somente na “Linha de Ação 3”: “Promoção e Valorização da Economia Popular Solidária – EPS”⁵.

O agente é o representante da Organização, que age na “promoção da cultura da solidariedade”. Ele é um trabalhador formal – com Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) assinada e direitos sociais garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – que opera o planejamento, a elaboração e a execução de projetos nas áreas de interesse da Organização. Os agentes são os responsáveis pela construção da chamada “EPS”, que compreende o fomento de grupos de trabalhadores associados.

O objetivo geral de minha pesquisa foi analisar a relação entre economia solidária e Igreja Católica a partir do trabalho dos agentes de Cáritas para o desenvolvimento da Economia Popular Solidária – EPS no Ceará, que diz respeito à organização de formas associativas de trabalho, produção, crédito, comercialização e consumo.

A pesquisa focou o trabalho dos agentes dos escritórios da Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza, do Secretariado Regional da Cáritas Brasileira no Ceará, da Cáritas Diocesana de Sobral, da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte e da Pastoral Social de Tianguá (entidade-membro) a fim de delimitar o objeto de estudo.

Durante os trabalhos de pesquisa, desenvolvidos entre os anos de 2005 e 2008, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com treze agentes de Cáritas (onze do Ceará e um de São Paulo), análise de documentos institucionais, levantamento de dados em *websites*, além da imprescindível **observação flutuante** (GOLDMAN, 1995, p. 146)⁶. Esta atividade compreende uma observação sobre o fenômeno estudado em vários locais distintos, onde ocorrem as relações sociais entre os sujeitos envolvidos na pesquisa. O movimento de ida e volta ao campo põe o pesquisador em uma constante situação

5 A equipe da Cáritas Brasileira Regional Ceará define a EPS como a “busca de alternativa de sobrevivência, que além da ação de caráter solidário, educativo e produtivo, passou a ser trabalhado (sic) na perspectiva do Desenvolvimento Humano Local Sustentável” (CÁRITAS BRASILEIRA, 2003a, p. 113-114). Em uma outra publicação (material didático direcionado aos trabalhadores acompanhados) da Cáritas Brasileira (2006b), a definição da EPS é mais abrangente, evidenciando a sua contraposição ao capitalismo: “a Cáritas considera Economia Popular Solidária todo um processo que é construído, um grupo de produção que se articula com outros grupos, fortalecendo e criando um movimento de resistência ao capitalismo” (CÁRITAS BRASILEIRA, 2006b, p. 37). Segundo a Cáritas Brasileira (2006b, p. 37), a EPS é constituída pela seguinte representação dinâmica: **grupo de produção solidária - articulação com outros grupos e redes - movimento de resistência ao capitalismo**. Conclui-se que EPS é uma das versões da *economia solidária*. Neste trabalho, a expressão “Economia Popular Solidária – EPS” é utilizada para sinalizar as ações e experiências de *economia solidária* desenvolvidas especificamente pela Cáritas Brasileira.

6 O autor realiza uma discussão sobre teoria antropológica e sua metodologia para o estudo das “sociedades complexas”. Dessa forma, “a observação direta e contínua”, a observação participante da etnologia tradicional, “se converte em, observação flutuante, semelhante à escuta flutuante do psicanalista” (GOLDMAN, 1995).

de escuta, o que me permitiu tornar inteligível a dinâmica do trabalho dos agentes de Cáritas. As observações *in loco* possibilitaram o acesso às formas de trabalho e às categorias específicas do universo simbólico do qual fazem parte os agentes⁷.

TRÊS CATEGORIAS DE AGENTES DE CÁRITAS NO CONTEXTO DA EPS: AGENTE DA CAPITAL, AGENTE ARTICULADOR E AGENTE DO INTERIOR

O trabalho de campo e as entrevistas mostraram os elementos homogêneos e heterogêneos que fazem parte do trabalho dos agentes de Cáritas para o desenvolvimento da EPS no Ceará. Tais categorias se relacionam às especificidades do “sujeito da ação” (“o pobre”) e de sua localização geográfica, o que determina as especificidades das atividades desempenhadas pelos agentes:

1- Agente da capital: é o agente que desenvolve projetos de EPS relacionados às especificidades da capital do estado e de sua região metropolitana, atuando em áreas urbano-periféricas. Possui formação de nível médio e superior em curso. Concentra atividade de EPS e de “Mobilizações Cidadãs e Conquista de Relações Democráticas”. Por se concentrar na capital, possui uma maior inserção nas redes do **movimento de economia solidária**;

2- Agente articulador: é o que integra o Secretariado Regional da Cáritas no Ceará, cujo trabalho é articular todas as ações de EPS desenvolvidas pelos escritórios das Cáritas Arquidiocesana e Diocesanas no estado, da capital e do interior, a fim de garantir a unidade institucional. Possui qualificação universitária em nível de graduação, podendo incluir formação de pós-graduação lato e/ou *strictu sensu* (mestrado). Concentra as suas ações em atividades que ponham a EPS fomentada pela Cáritas em redes de mobilização política, de divulgação, de produtores e de comercialização. Representa todas as “Cáritas” cearenses nas redes compostas por entidades do campo civil.

3- Agente do interior: são os agentes das Cáritas Diocesanas que se localizam nos municípios do interior do Ceará. Possuem preponderantemente formação de nível médio. Acumulam inúmeras funções devido ao reduzido número de integrantes nas equipes do interior e desenvolvem a EPS

⁷ Cf. relatório completo da pesquisa em minha dissertação de mestrado (FORTE, 2008), disponível no *website* do Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Ceará (<http://www.theses.ufc.br/>).

em consonância com projetos do Programa de “Convivência com o Semi-Árido”, relacionado às peculiaridades das condições naturais, políticas e sociais do semi-árido cearense.

Outra característica é a pouca ou nenhuma inserção nas redes do *movimento de economia solidária*, haja vista que as redes possuem maior concentração na capital. Além de ser composta por agentes das Cáritas Diocesanas, conta também com agentes da Pastoral Social de Tianguá-CE (entidade-membro da Cáritas Brasileira nas formas de seu estatuto).

Há similitudes e diferenças que distinguem cada uma dessas três categorias. Em Fortaleza, foi destacado o trabalho do agente da Cáritas Arquidiocesana; na articulação entre capital e interior, foi destacado o trabalho do agente do Secretariado Regional da Cáritas Brasileira no Ceará; no interior, resolvi abordar o trabalho de agentes de três escritórios, a saber: agente da Cáritas Diocesana de Sobral; agente da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte; e agente da Pastoral Social da Diocese de Tianguá (entidade-membro da Cáritas), a fim de evidenciar as diferenças entre os próprios agentes que constituem a categoria *agente do interior*.

As condições climáticas, a produção e o cultivo predatórios, o problema da seca e o êxodo de pessoas que partem do campo para a cidade são os temas específicos sobre os quais os agentes de Cáritas do interior se detêm, motivo pelo qual aprendem a pensar e a executar ações pertinentes a esses assuntos peculiares do interior do estado.

Aos temas atinentes ao campo, somam-se aqueles que também são de preocupação dos agentes da capital, que trabalham apenas com assuntos integrantes do modo de vida urbano. Tirante a formação para a chamada “convivência com o semi-árido”, os agentes do interior também são preparados para atuar em projetos voltados para a proteção dos direitos da criança e do adolescente, para garantir a igualdade entre homens e mulheres, para socorrer as populações vítimas de catástrofes e, finalmente, para a geração de trabalho e renda relacionados à EPS.

No decorrer da pesquisa de campo, foram identificados conceitos específicos do universo dos agentes. Tais conceitos substanciam as suas ações e servem como ferramentas no desenvolvimento do seu trabalho. Com exceção da “EPS”, já apresentada anteriormente, destaquei as formas lexicais mais recorrentes durante a pesquisa de campo, todas com uma variada plasticidade semântica e com relações intrínsecas entre si, a saber:

1. “Pobre”: há uma junção do sentido religioso e do sentido secular atribuídos a essa palavra. Ao mesmo tempo em que o “pobre” é o filho “humilhado” de Deus, é também o *sem-trabalho* que não possui o necessário para desenvolver as capacidades materiais e políticas para se administrar;

2. “Excluído”: é a vítima das desigualdades sócio-econômicas do capitalismo. É o indivíduo “pobre”, privado de direitos civis, políticos e sociais fundamentais ao exercício da cidadania plena;
3. “Protagonista”: é o “excluído” com o poder intelectual e político que grita em busca de “inclusão” para efetivar os seus direitos para o exercício da cidadania;
4. “Exclusão”: processo sócio-econômico e político capitalista que priva o indivíduo das condições materiais de vida e dos direitos básicos ao exercício da cidadania plena;
5. “Inclusão”: processo sócio-econômico e político que possibilita, pelo trabalho, a inserção do indivíduo na esfera pública, garantindo-lhe o sustento e o poder de decidir sobre os rumos da sua vida e da sua sociedade;
6. “Emancipação”: categoria associada à noção utópica de “Reino de Deus” na terra. Seria a libertação dos “excluídos”, presos pelo sistema capitalista por meio do “trabalho” e da “política”;
7. “Trabalho”: atividade econômica de produção de riquezas que libertaria o “Excluído”, garantindo-lhe a “inclusão”;
8. “Política”: recurso da gerência das relações entre indivíduos, ONG’s, sindicatos, igrejas, movimentos sociais e Estado, que envolve a organização coletiva em busca de atingir os objetivos almejados: a “inclusão” pelo “trabalho” e a transformação da sociedade capitalista a fim de eliminar a dicotomia pobreza-riqueza;
9. “Mística e espiritualidade”: o resultado da associação dessas duas palavras é a vivência religiosa que tem a lição cristã como a inspiração das ações dos agentes de Cáritas;
11. “Mística”: é a prática ritual e performática da “mística e espiritualidade”. São os procedimentos realizados entre os agentes e entre os agentes e os “excluídos” nos quais são feitas reflexões sobre o mundo secular à luz dos ensinamentos contidos no evangelho cristão católico;
12. “Ecumenismo”: diálogo entre as religiões cristãs;

13. “Solidariedade”: é o conceito central da ação dos agentes e possui diversos sentidos dependendo dos contextos nos quais é utilizado. Em sua versão mais recorrente, refere-se a uma prática de doação mútua entre os indivíduos orientada pela moral cristã católica, o que relaciona moral e conduta a fim de alcançar a “emancipação”. Por isso, poderá ser chamada de “solidariedade libertadora” ou “solidariedade transformadora”;

14. “Caridade”: possui dois sentidos: o primeiro aponta para uma prática de doação ao “pobre” que conserva as estruturas sócio-econômicas desiguais do capitalismo; o segundo associa a expressão “caridade” à palavra “libertadora” (“caridade libertadora”), exprimindo uma prática de doação aos “excluídos” no sentido de ensiná-los para que eles, como “protagonistas”, atinjam a “emancipação”. A caridade libertadora pode ser entendida como sinônimo de “solidariedade libertadora” ou “solidariedade transformadora”;

15. “Justiça social”: é a firme disposição para a prática do bem no sentido de dar a cada um, “excluídos” e “incluídos”, aquilo que é seu: os direitos como categorias jurídicas e políticas para o exercício da cidadania plena;

16. “Igualdade”: relaciona-se ao conceito de “justiça social”. É a qualidade de igual em relação aos direitos e deveres constitutivos do cidadão. Esse conceito de “igualdade” indica, outrossim, o respeito às diferenças de etnia, gênero, geração, orientação sexual e religiosa, caracterizando-se como igualdade de direitos e deveres e não como uniformidade de características físicas, étnicas, sexuais, religiosas e ideológicas;

17. “Animação”: é o ato de animar, de dar vida, de movimentar os projetos e as iniciativas dos agentes e dos grupos de produção, sustentando as relações entre indivíduos e entidades com procedimentos que possam atrair e manter as pessoas na interação social. Também ocorre pela realização de contatos telefônicos, com a utilização de serviços de internet, como e-mails e *websites*, eventos de divulgação do **movimento da economia solidária**, seminários, palestras, reuniões, assembleias, etc. O conceito de “animação” também é bastante utilizado nas redes de economia solidária, constituídas por sujeitos coletivos (entidades) do campo civil;

18. “Animadores”: estes são os integrantes de ONGs, movimentos sociais, sindicatos, igrejas e demais entidades promotoras da economia solidária, responsáveis pelas articulações das redes. É o

“animador” que garante a manutenção das relações tecidas entre as entidades, as lideranças comunitárias e os grupos de produção;

19. “Cultura da Solidariedade”: possui três sentidos básicos: o primeiro diz respeito a um dos elementos centrais – “eixos estruturadores” – em torno dos quais os agentes de Cáritas trabalham, o que confere um significado técnico à expressão; o segundo sentido é o de princípio (valor moral) a partir do qual os agentes devem orientar todas as dimensões de sua vida; o terceiro sentido apresenta a confluência

das significações prática, religiosa e moral veiculadas por essa expressão, que passa a indicar um modo de vida, baseado na lição cristã e orientado pela moral da “solidariedade”, que poria fim ao individualismo causador da “injustiça social”, realizando o sonho da **sociedade utópica** ou “Reino de Deus” na terra.

O “SUJEITO DA AÇÃO” DOS AGENTES: O “POBRE”

Àquele ao qual os agentes de Cáritas direcionam as suas ações é o filho “pobre” de Deus e da Igreja Católica.

Quando os agentes dizem que a Igreja fez uma “opção preferencial pelos pobres”, eles seguem, mesmo que não tenham isso claro em suas mentes, a orientação da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada em Medellín (1969), e da III Conferência, realizada em Puebla de los Angeles (1979), que darão caráter formal a essa opção (EPISCOPADO LATINO-AMERICANO, 1983, p. 352-357).

Para pensar analiticamente sobre o “sujeito da ação”, como dizem os agentes, escolhi caminhar com alguns autores que me ajudaram na reflexão sobre o público alvo da Cáritas. De acordo com Simmel (1986), o pobre é uma representação elaborada pelo **não-pobre**. É o indivíduo marginal, socializado no âmbito de uma subcultura não dominante, que não consegue modificar essa realidade porque está estigmatizado pelo olhar dos outros. Segundo Simmel, a relação entre o pobre e o **não-pobre** implica o estabelecimento de direitos e deveres entre os dois. A condição de indivíduo estigmatizado faz do pobre aquele que tem o direito de receber a doação enquanto o **não-pobre**, digamos, teria o dever de doar.

Em um estudo sobre a história social da mendicância no Ceará, Araújo (2000, p. 355-6) criticou o conceito excludente de **identidade** a partir de uma pesquisa que pôs em xeque uma suposta **identidade de mendigo**, haja vista a percepção de que o pobre possui as mesmas vontades, sonhos e metas sociais dos demais indivíduos da nossa sociedade. Com fulcro na discussão teórica de Simmel (1986), Araújo (2000) mostra como o pobre é uma categoria elaborada por aqueles que estão diante dele numa perspectiva contrastiva.

Segundo Souza Martins (1997; 2002), não é o pobre que se autodenomina como “pobre” ou como “excluído”. O pobre chega a negar essa representação feita sobre ele, como pode ser verificado em expressões como “pobre é o cão!”. Esta exclamação é constitutiva do saber popular que nos presenteia com uma prova cabal da operação simbólica cognoscível engendrada pelos **não-pobres**

que cria as representações sobre aqueles indivíduos **incluídos** precariamente na sociedade capitalista.

Souza Martins (1997; 2002) faz uma crítica ao conceito de “exclusão” de modo a apresentar as suas limitações. Para ele, do ponto de vista sociológico, o conceito de “exclusão” não possui poder analítico e corresponde aos dados empíricos relacionados aos fenômenos da pobreza contemporânea com dificuldade e incerteza.

À palavra “exclusão” é habitualmente atribuído o sentido de vida precária, instável e marginalizada. O que os agentes de Cáritas designam como “exclusão” confere com a definição de agentes de pastoral, movimentos sociais e partidos políticos apresentada por Souza Martins (1997, p.26): “aquilo que constitui o conjunto das dificuldades, dos modos e dos problemas de uma **inclusão precária e instável, marginal**”. Segundo Souza Martins (1997, p. 27), todos estão incluídos na sociedade. Mesmo os mortos não são totalmente excluídos. Eles podem continuar vivendo nas lembranças de um indivíduo e na memória de uma sociedade graças a uma dimensão simbólica. Pensando com Martins (1997), a exclusão dos mortos “só se completa depois de lenta e complicada morte simbólica” (SOUZA MARTINS, 1997, p. 27).

Aqueles preocupados com os “excluídos” (os pobres) buscam “ajudá-los”, entendendo que eles precisam ser ajudados por serem desamparados e abandonados à própria sorte, pois “não sabem o que fazer consigo mesmos” (SOUZA MARTINS, 2002). Para o autor, as categorias sociais que se preocupam com os excluídos não vivem as experiências sociais vividas por eles, não estão na sua condição de pobres. A categoria **excluído** diz respeito a uma representação produzida por aqueles que definem a pobreza e o pobre a partir de onde estão (SOUZA MARTINS, 2002, p. 40).

Do lugar de quem cuida e “administra”, o pobre é visto como um indivíduo incapaz,

debilitado, sofrendo de todo o infortúnio da falta de recursos, cabendo ao seu próximo **não-pobre** cuidá-lo, assisti-lo, administrá-lo ou ajudá-lo a se administrar. Assim, o pobre é visto como aquele que tem o direito de ser beneficiado pela compaixão, pela generosidade e pelo impulso religioso de pessoas como os agentes destacados no item anterior. Os pobres, objetos da criação da representação, podem se entender a si mesmos como beneficiários desse direito, acreditando que são incapazes de se administrarem por si sós.

Do “pobre” ao “excluído”, os agentes da Cáritas evidenciam uma forma de pensar que qualifica a pobreza como uma categoria religiosa e, ao mesmo tempo, secular. Isso estaria ligado à adoção da palavra “excluído” e da palavra “marginalizados” ao lado da palavra “pobre”. Essas três palavras apontam para o mesmo objeto empírico, porém cada uma delas revela características específicas deste mesmo objeto:

Alguém já lembrou que no discurso católico, particularmente, nos últimos trinta anos, primeiro se falava nos *pobres*, depois se começou a falar nos *marginalizados* e na marginalização (sociólogos, católicos ou não, também fizeram isso) e depois, de uns anos pra cá, se começou a falar na *exclusão*. Aparentemente essas designações dizem a mesma coisa. Uma dúvida epistemológica é esta: por que é necessário usar três nomes para a mesma coisa? Provavelmente estamos mudando o nome da mesma coisa porque a mesma coisa está nos mostrando coisas novas, que não conhecíamos e não éramos capazes de ver. De certo modo, a palavra *exclusão* está desmistificando a palavra pobre. Através deste pseudoconceito não revelador, que acoberta de algum modo o que seria o pobre na fase anterior, nós estamos tentando relativizar a concepção de pobre e estamos a revelar a nossa desconfiança em relação à antigamente suposta abrangência explicativa das palavras *pobre* e *pobreza* (SOUZA MARTINS, 1997, p. 27-8).

O procedimento de **desconstrução** das expressões pobre e pobreza leva o autor a constatação de uma dificuldade explicativa que a palavra “exclusão” apresenta. “Exclusão” indica uma incerteza quanto ao conhecimento da realidade empírica que substancia a palavra pobreza. Porém, a palavra exclusão mostra, possivelmente, uma face da pobreza até então não percebida; uma face secular que se associa ao desenvolvimento do moderno capitalismo (SOUZA MARTINS, 1997, p. 28-9). Em 1990, os Projetos Alternativos Comunitários (PACs) começaram a ser chamados de EPS, o que comprova a adoção da expressão popular para sinalizar a economia solidária.

Destaco a expressão “popular” a fim de expor a relação entre as palavras “pobre”-“excluído”-“popular”, cujos significados estão imbricados: 1) aquilo que é próprio das pessoas “pobres”; 2) aquilo que é próprio de atores sociais organizados num movimento político democrático. Finalmente, o resultado literal da carga semântica da expressão popular é: o qualificativo de atores sociais “pobres”

capazes de direcionar os rumos das suas vidas e da sua sociedade de modo organizado e democrático. Surge então a ideia de que os “excluídos” são “protagonistas” da história e da sociedade. No discurso dos agentes, percebe-se que os pobres atuais, os “excluídos”, agora ocupam o primeiro lugar no drama da vida social para mudar a sua condição de **inclusão precária** (SOUZA MARTINS, 1997; 2002). Esse sentido atribuído à expressão “popular” acompanha as experiências de economia solidária fomentadas pela Cáritas e por ela nomeadas de “Economia Popular Solidária (EPS)”.

O APOIO AOS “GRUPOS PRODUTIVOS SOLIDÁRIOS”

O programa nacional referente à EPS é considerado como uma das prioridades da Cáritas em todo o Brasil, e a sua implementação é feita por meio da captação de recursos junto às ONG’s e serviços sociais estrangeiros para a elaboração e execução de projetos desenvolvidos pelos agentes. Atualmente, a Cáritas, juntamente com entidades do campo civil, busca recursos do Estado para o desenvolvimento das ações nomeadas genericamente como “economia solidária”. O fundo público tem sido cada vez mais buscado pela Cáritas visando à sustentação dos projetos que desenvolve, em especial, os de EPS.

Além disso, existem campanhas de doação para constituir fundos utilizados para as ações dos organismos e setores da Igreja, incluindo o desenvolvimento da EPS feito pela Cáritas. Dentre os fundos, destaca-se o Fundo Diocesano de Solidariedade (FDS). O FD é organizado por cada diocese. Ele é composto por 60% dos recursos coletados na “Campanha da Fraternidade” (CF), realizada anualmente no “domingo de Ramos”. Os outros 40% vão para o chamado “Fundo Nacional de Solidariedade”, administrado pela Cáritas Brasileira. Além dos valores advindos da CF, o Fundo Diocesano também pode recolher recursos de outras campanhas ou iniciativas, desde que mantenha a sua finalidade que é combater a “exclusão social”, a partir da organização dos próprios “grupos excluídos”, no intuito de reforçar os laços entre eles e os agentes de Cáritas e de pastorais sociais. Observa-se que os recursos para o desenvolvimento da EPS vêm de doações feitas às Campanhas organizadas e coordenadas pela Igreja Católica. Inclusive os recursos aportados pelas ONGs e serviços sociais estrangeiros são fruto de doações dos governos de seus países de origem, de adeptos do catolicismo, dentre outros doadores⁸.

No Ceará, existem projetos apoiados por esses recursos acompanhados por agentes de

⁸ Cf. Cáritas Brasileira (2003b; 2003c; 2002).

escritórios da Cáritas, com exceção do escritório de Quixadá, cujos agentes foram demitidos pelo bispo diocesano por questões políticas.

Os projetos dos grupos de produção são financiados pelo chamado “Fundo Rotativo Regional” (FRR), constituído por recursos das Campanhas e das entidades estrangeiras. O FRR é administrado pelo Secretariado Regional da Cáritas por meio de uma equipe composta por um agente do escritório regional e dois agentes de escritórios diocesanos distintos. O FRR funciona como uma espécie de empréstimo concedido aos grupos de produção acompanhados pelos agentes de Cáritas. O projeto encaminhado pelo agente que acompanha o grupo X, por exemplo, pode ser contemplado com o recurso, que necessariamente deve ser utilizado com infra-estrutura e equipamentos, como exposto por Tiago⁹, agente da Pastoral Social da Diocese de Tianguá:

A gente vai lá, a família ou o grupo preenche todos os dados de que a gente necessita, agente preenche o projeto, leva pro grupo ver, né? Discutir alguma coisa se é aquilo mesmo, a gente encaminha pra Cáritas, onde tem uma equipe com 3 pessoas que analisa o projeto e diz se é viável, se não é viável. É administrado pela Cáritas. Aí é uma pessoa da Cáritas, da Regional e uma da Diocese. Não é só do Regional não, eu, inclusive, eu fiz parte dessa equipe. Depois saí, porque fica muito distante tá indo todo mês pra Fortaleza pra tá fazendo isso, e entrou uma pessoa de Itapipoca e uma de Limoeiro. Aí [o projeto] é analisado. E se aprovado, encaminha os recursos pra cá e a gente repassa pra família ou grupo, que devolve depois de um certo período 100% do que ganhou em parcelas leves, e de acordo com o que ele se propõe a devolver. Por exemplo, peguei R\$ 2.000,00. Eu quero devolver em 10 parcelas de R\$ 200,00, de 2 em 2 meses. O grupo é que diz isso.

Um dos projetos desenvolvidos com recursos de entidades internacionais e dos fundos diz respeito às chamadas “bodegas”. Os agentes articuladores entre capital e interior (agentes do Secretariado Regional) e os do interior (escritórios de Limoeiro do Norte e Tianguá) desenvolveram as cooperativas de produtores e consumidores chamadas de “bodegas”. Estas foram criadas em 2004, e são postos de comercialização que funcionam sob a coordenação de lideranças escolhidas por cada grupo participante. As bodegas foram concebidas para ajudar os trabalhadores a chegar ao mercado sem a interferência de “atravessadores”. Atualmente são duas cooperativas de comercialização.

A primeira foi batizada de “Bodega o Nordeste Vivo e Solidário” e conta com dois pontos em funcionamento: um no município de Beberibe-CE, a 81 km de Fortaleza, na localidade da Prainha do Canto Verde, e a outra no Centro do município de Aracati-CE, a 159 km da capital, acompanhada por Sara, agente da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte. Em março de 2007 a “Bodega” contava

com 42 sócios representantes de grupos oriundos de comunidades do litoral leste do Ceará. Dos 42 sócios, 29 eram oficialmente registrados. Nos 42 grupos estavam distribuídos 312 trabalhadores. Em junho do mesmo ano, a “Bodega o Nordeste Vivo e Solidário” já estava contando com 53 grupos de produtores de 39 comunidades em 12 municípios da região do Baixo Jaguaribe. A segunda se chama “Bodega do Povo” e funciona no Centro do município de Tianguá. A letra **u** de “bodega”, dissonante em relação ao português oficial cuja forma correta é **bodega**, faz parte da própria concepção do projeto. A “Bodega” é acompanhada por Tiago, agente da Pastoral Social da Diocese de Tianguá. Ela conta com representantes de 15 grupos oriundos de 6 municípios da região norte do estado, e até o final da pesquisa não havia sido legalizada como cooperativa. A “Bodega” funciona no horário comercial e aos finais de semana. A pessoa responsável por vender os produtos na Bodega é uma funcionária contratada especialmente para ser vendedora do ponto de comercialização da cooperativa e não trabalha em nenhum grupo de produção. O agente da Pastoral Social de Tianguá também organiza as chamadas “feiras solidárias” junto com os grupos de produção, buscando saídas para resolver o problema da comercialização, organizando esse tipo de evento na região norte do estado. Em novembro de 2007, a “Bodega” já estava contando com 47 grupos produtivos solidários articulados entre si por meio da cooperativa de comercialização e do trabalho dos agentes de Cáritas juntamente com as lideranças comunitárias.

Em ambas as “bodegas”, os produtos comercializados são doces, castanha, feijão, goma, farinhas, rapadura, cachaças, produtos da medicina popular, doces diversos, vários tipos de mel, ovos de galinha caipira, frutas, verduras, legumes, roupas e artesanatos em geral. No caso da “bodega” acompanhada pelo agente da Cáritas de Limoeiro do Norte, há também a organização de eventos artísticos e de entretenimento, além de atuar de modo itinerante, comercializando os produtos produzidos pelos grupos em 12 municípios do interior cearense. Sara fala sobre a ideia de comercializar os produtos a domicílio para facilitar as vendas da cooperativa. Essa inovação seria para garantir o aumento e a fidelidade dos consumidores. Na “Bodega” de Aracati e da Prainha do Canto Verde, 10% do que é vendido é destinado às despesas administrativas. Dois trabalhadores de grupos de produção trabalham na comercialização dos produtos, fazendo a prestação de contas com os demais produtores mensalmente. Uma vez por mês, ocorre uma feira que reúne todos os produtores preparada para a comercialização dos produtos. A dificuldade que os produtores têm para comercializar os seus produtos, principalmente os artesanais, fez com que os trabalhadores buscassem canais de comercialização. Em Aracati, há a realização de eventos noturnos chamados de “noite cultural” contando com desfiles e exposições de roupas dos produtores. A bodega funciona de segunda-feira a sábado, em horário comercial, e aos domingos das 09h00min. às 13h00min.

Segundo Sara, o objetivo dos agentes é articular os três pontos de comercialização, localizados

⁹ Os nomes dos agentes entrevistados foram substituídos por nomes de personagens bíblicas do Antigo e do Novo Testamento com o objetivo de salvaguardar a integridade física, psíquica e moral dos interlocutores da pesquisa.

em Aracati, Beberibe e Tianguá. As bodegas não são auto-sustentáveis, sendo a Cáritas a financiadora das ações com os recursos aportados pela cooperação internacional. O desenvolvimento do projeto de comercialização foi apoiado pelo Catholic Relief Services – CRS da Cáritas dos Estados Unidos.

Os agentes de Cáritas acompanham as “bodegas” com atividades formativas – como cursos, seminários e palestras para os seus sócios –, planejam e avaliam as ações das chamadas “bodegas” em eventos periódicos com os trabalhadores e lideranças dos grupos. Em março de 2007, estive presente no “Encontro de Avaliação e Planejamento das Bodegas”, ocorrido no município de Tianguá. Na ocasião interagi com os agentes das Cáritas Diocesanas de Iguatu, Limoeiro do Norte e Tianguá, além de dois agentes do escritório da Cáritas Regional Ceará, os quais são articuladores das ações de EPS em todo o estado juntamente com os agentes vinculados aos escritórios arquiocesano e diocesanos espalhados pelas regiões cearenses. A atividade foi proposta pelos agentes para vincular as ações das duas cooperativas, avaliando e planejando as duas “bodegas” de modo conjunto, “buscando reunir elementos para subsidiar as ações e gestão de uma forma mais articulada” entre os agentes e os grupos produtivos solidários.

Os agentes de Fortaleza também organizam com os grupos de produção as “feiras solidárias”, para viabilizar a comercialização. Anualmente, no mês de dezembro, no Parque das Crianças, em Fortaleza, ocorre o “Feirão Estadual de Socioeconomia Solidária, Reforma Agrária e Agricultura Familiar”, conhecido como “Feirão Estadual de Socioeconomia Solidária”, a maior das “feiras” organizadas para a comercialização e divulgação do **movimento** e dos produtos dos trabalhadores dos grupos de produção. O evento conta com palestras, oficinas, apresentações artísticas e apresentação de produtos para a venda. O “Feirão” é organizado pelas entidades que integram o **movimento da economia solidária** no Ceará, a maior parte delas da capital, com o apoio da Prefeitura Municipal de Fortaleza, financiamento do banco do Nordeste do Brasil (BNB) e da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do governo federal. Os agentes de Cáritas envolvidos na organização desse evento são os ligados aos escritórios da Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza e Secretariado Regional do Ceará. O “V Feirão de Socioeconomia Solidária”, de 6 a 8 de dezembro de 2007, última edição do evento até o término desta pesquisa, chegou a reunir 300 grupos produtivos solidários de todo o estado (ADITAL, 2007).

Os agentes do interior e os agentes do Regional da Cáritas, cujo escritório se localiza em Fortaleza, também desenvolvem o projeto “Sementes da Solidariedade”, que visa à instalação e ao acompanhamento de “Casas de Sementes”, as quais funcionam como pontos de vendas e trocas de sementes crioulas e nativas produzidas por grupos produtivos solidários. O objetivo do projeto é articular os trabalhadores e os grupos, possibilitando a troca e a venda de peças artesanais feitas

à base de sementes, e, concomitantemente, incentivando os trabalhadores ao plantio das sementes apropriadas para a região do semi-árido cearense. O projeto “Sementes da Solidariedade” faz parte do Programa de Convivência com o Semi-Árido, mas possui uma relação muito íntima com o Programa de EPS, o que confirma novamente a associação entre os projetos de EPS com os projetos de “Convivência” no interior do Ceará.

O apoio aos grupos produtivos solidários faz parte do programa nacional de EPS da Cáritas. Acumulando experiências desde a concepção e a execução dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs), a Cáritas optou por fazer uma deliberação política em prol da economia solidária, tendo como base princípios da lição cristã, de caráter religioso e institucional, e princípios econômicos, políticos e ambientais, os quais são defendidos pelo movimento nacional da economia solidária.

O grupo produtivo solidário, grupo de produção solidária, grupo de produção, ou apenas grupo, é constituído por familiares, vizinhos e demais pessoas que possuem relações pessoais, apontando para a sustentação de uma coesão a partir da reciprocidade presente em relações de sociabilidade primária, de vínculos mais próximos que envolvem pessoas que já mantêm algum tipo de relação pessoal antes da chegada dos agentes de Cáritas e do lançamento da proposta de uma Economia Popular Solidária.

Os grupos produtivos solidários são organizados dependendo das peculiaridades da comunidade da qual os trabalhadores que os compõem fazem parte. Desde o tempo dos PACs, considera-se as especificidades locais para o desenvolvimento dos projetos econômicos. O conjunto dos PACs passou a ser chamado de EPS, mas a metodologia de abordagem das comunidades e de fomento dos projetos continua na perspectiva da consideração das condições geográficas, das necessidades, das atividades, dos fazeres e dos saberes das populações com as quais os agentes trabalham. Vejamos o relato de Madalena, agente da Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza responsável pelo desenvolvimento da EPS, sobre o procedimento para a organização do grupo, que é, concomitantemente, um processo de formação educacional para um outro modo de ser e de viver:

A partir da própria realidade local das demandas que a realidade nos aponta, a gente faz uma leitura dessa realidade, identifica essas demandas e a partir disso a gente pesquisa e une subsídios, materiais, pessoas e faz coletivamente essa construção, formação e troca de saberes e de sabores coletivamente. Geralmente a gente faz essa leitura. Vai identificando a partir de cada realidade. Vai sistematizando. E a gente faz momentos específicos, ne (?), de debates, de discussões, de leituras mesmo, e aí a gente vai montando isso a nível, local, nacional e internacional (...). A gente utiliza subsídios, materiais e pessoas principalmente a partir da leitura, diversas revistas, livros, cartilhas. E a ação sempre, sempre. A gente sempre se pauta se pauta na leitura da realidade nos apontamentos que ela nos traz, nos ensinamentos. A gente compõe tudo a partir daí gente compõe tudo a partir daí (Madalena, agente da Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza).

Assim, os grupos são organizados a partir de uma verificação feita pelos agentes, a qual leva em conta o perfil das comunidades com as quais eles atuam para executar a sua missão de formar para a “cultura da solidariedade”.

A “CULTURA DA SOLIDARIEDADE”: “PRÁTICA”, “MÍSTICA” E “EMANCIPAÇÃO”

A “cultura da solidariedade” é produzida por práticas, fazeres e saberes orientados pela **moral solidária** ou **religiosa** valorizada e promovida pela Cáritas Brasileira, cujo objetivo maior é a construção do “Reino de Deus” na terra. A “cultura da solidariedade” pode ser definida teoricamente como o modo de ser e de viver baseado na solidariedade que emana da máxima cristã “amai-vos uns aos outros como eu vos amo” (João 13, 34; 15, 12). Tais modos de ser e de viver são vistos pelos adeptos deste discurso como fundamentais para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Segundo Arruda (2006, p. 65), a **socioeconomia solidária** (outra forma de linguagem sob a qual a economia solidária é posta) não se trata apenas de um enunciado utópico, pois ela teria vindo também da crítica da globalização do capital e da análise do fracasso das relações pessoais e interpessoais integrantes do sistema dessa globalização capitalista, cuja pretensão é alastrar-se por todo o mundo. Para Arruda (2006, p. 65), a concepção de **socioeconomia solidária** se baseia na convicção de milhões de pessoas que creem e afirmam que “outro mundo é possível”, e leva esta “afirmação às últimas consequências, postulando: outro mundo só é possível se outra economia é possível e esta, se outra humanidade – outro mundo de relações, outra cultura – é possível” (ARRUDA, 2006, p. 65)¹⁰.

Segundo Arruda (2006), deve haver uma mudança pessoal e social nas dimensões moral e prática para a criação de uma outra **cultura** (ARRUDA, p. 65-6).

A ideia da elaboração de outra **cultura**, de Arruda (2006), está intimamente ligada à “cultura da solidariedade”, da Cáritas, referente à proposta da criação de relações sociais que pusessem a geração e a gerência da produção de riquezas a serviço da coletividade e da vida humana.

Generalizadamente, a Cáritas Brasileira divulga que a “educação” para a “cultura da solidariedade” deve proporcionar a criação de uma sociedade “ideal”, onde não haveria exploração no trabalho, violências, concentração e acumulação de riquezas, privação de direitos, etc.

Eminentemente, os valores cristãos coroam as ações a serem engendradas para a elaboração da “cultura da solidariedade”, fundamental ao projeto de sociedade representado pela noção teológica de “Reino de Deus” na terra. Assim ocorre o ensino para a prática da solidariedade:

¹⁰ Arruda é um dos autores brasileiros que militam em prol da *economia solidária*. Sobre as trajetórias intelectuais dos chamados *autores da economia solidária* como Marcos Arruda, Paul Singer e Luiz Inácio Gaiger, sugiro a leitura do trabalho de Lechat (2004).

A formação e a capacitação de lideranças para uma metodologia participativa de organização e participação do povo são objetivos permanentes da Cáritas. Ela busca desenvolver esse trabalho de formação junto às comunidades, paróquias, dioceses, regionais e, em âmbito nacional, com fundamentação bíblica e ensino social da Igreja, com vivência da mística e espiritualidade ligadas à prática da solidariedade libertadora. Trata-se de uma formação que relaciona a compreensão da realidade com a radicalidade profética do Evangelho e os valores e sinais de vida presentes na realidade do povo na sua interação com a natureza (CÁRITAS BRASILEIRA, 2006a).

Durante a pesquisa, percebi que a dimensão moral do trabalho dos agentes de Cáritas se sobressaía em suas falas sobre as suas práticas e fazeres no campo da economia solidária. O fato de venderem a sua força de trabalho, de serem assalariados, de terem dificuldades relacionadas ao mundo do trabalho e de serem empregados da Igreja Católica explica a instrumentalização da lição cristã, mas em parte, pois os agentes também são adeptos do cristianismo. Em sua vida pessoal, independente de sua condição de **trabalhador da Igreja**, reverenciam os elementos morais defendidos pela Organização.

O “serviço social” da Igreja busca fomentar a “cultura da solidariedade”, indispensável para o seu projeto utópico de transformação da sociedade capitalista atual por meio das ações pedagógicas de seus agentes junto aos “excluídos/as” (“pobres”). As repercussões práticas disso podem ser ilustradas com a fala de Rute, agente da Cáritas Diocesana de Sobral, que explica sobre a sua interação com os grupos, a aprendizagem de mão dupla entre agentes e as pessoas atendidas, a abordagem e a metodologia utilizadas com os objetivos de combater à pobreza e de formar para a prática da solidariedade:

A Cáritas (...) tem que desenvolver um trabalho..., mas ela, em cima desse trabalho, existe uma cumplicidade com os grupos, nós estamos aqui, nós colocamos a nossa proposta, perguntamos se eles aceitam, se eles estão dispostos a trabalhar com uma nova forma de vida, um novo tipo de economia, né (?), porque nós só podemos fazer e nós só podemos obter resultados se eles aceitarem, né? Não podemos impor uma coisa, porque primeiro não vamos obter resultado nenhum e nem vamos pra canto nenhum. A gente tem que ter uma negociação. Então os grupos acompanhados a gente trata de igual pra igual, pra gente eles são os nossos sujeitos de ação, e há um respeito muito grande entre a gente, o agente e eles, pra eles. Pra gente, sempre a gente acha que não sabe tudo. A gente sempre aprende com eles e na verdade nós aprendemos muito com o saber popular, cultura das comunidades. Isso é enriquecedor, a vivência eu. Consegui, eu acho que é até uma graça, que é uma das coisas que a própria financiadora cobra da gente. “E os resultados desse trabalho? Cadê os resultados?” Que o resultado é esse: (...) teve uma reunião de monitoramento do crédito solidário, e aí na reunião

nós conversamos sobre os resultados: „pra você, o quê que mudou? Diga aí uma palavra ou algo que mudou a sua vida”, e uma mãe colocou que aprendeu o que era solidariedade, a praticar solidariedade, mas com a Cáritas, com o modo de ser do trabalho da Cáritas, com a experiência da Cáritas, com a vivência... (Rute, agente da Cáritas Diocesana de Sobral).

Em sua fala, Rute busca demonstrar o respeito pelas pessoas que compõem os grupos, preocupando-se com a apresentação da proposta de construir um outro modelo de sociedade. Se os grupos aceitam a proposta dos agentes, resta trabalhar para suprir as necessidades econômicas, para favorecer a organização comunitária, e, transversalmente, para formar as pessoas para a “cultura da solidariedade”. Inclusive, as entidades financiadoras, como a ONG alemã Misereor, querem resultados práticos do trabalho de combate à pobreza e de formação para o modo de ser e de viver inspirados na “solidariedade” propagada pela Cáritas.

A fala de Rute evidencia os resultados que ultrapassariam a dimensão econômica. A mãe que teria aprendido o que é a “solidariedade” é uma evidência dos resultados morais e éticos da atuação dos agentes na organização da EPS junto às populações atendidas. Neste sentido, a Organização divulga em seu material nacional e local que o seu objetivo não é apenas combater à pobreza entendida como a falta de condições materiais para viver. Por meio do combate à pobreza e à “exclusão social”, sua meta máxima é educacional e visa às mudanças na organização social, econômica e política da sociedade capitalista por meio do incentivo à prática da “solidariedade cristã” (BERTUCCI; ALVES DA SILVA, 2003, p.94).

O detalhe é que a “prática da solidariedade” é ensinada por um profissional remunerado para isso, reforçando a ideia de uma solidariedade entre desiguais quando se trata da relação entre os agentes e os seus “sujeitos de ação”, como exposto na fala de Rute. Conclui-se que, no Brasil e no Ceará, o apoio a atividades econômicas fomentadas pela Cáritas tem sido feito com vistas à elaboração da “cultura da solidariedade”, que só pode ser produzida “na prática”. A “solidariedade” tem então uma dimensão moral e uma dimensão ética, uma dimensão de valores e uma dimensão prática, de conduta, que são constitutivas da “cultura da solidariedade”, fazendo-me perceber que os agentes buscam executar este projeto cristão por meio da “prática da solidariedade” entre e **desiguais**.

A vinculação entre o religioso e o secular está sempre presente nas ações dos agentes da Cáritas para o desenvolvimento da “cultura da solidariedade”. Não há encontros de formação, seminários, congressos, assembleias, reuniões de avaliação e de planejamento das equipes de agentes de Cáritas e momentos de avaliação do trabalho dos agentes ou dos projetos de EPS em andamento nas comunidades com as quais a Cáritas trabalha em que não se realize a chamada “mística”.

A mística é a reflexão inspirada pela lição cristã, e, ao mesmo tempo, é um momento de

celebração em que os agentes e as pessoas com as quais trabalham leem trechos do Evangelho, cantam louvores a Jesus Cristo, realizam dinâmicas com produtos produzidos pelos grupos produtivos solidários e *performances* musicais e teatrais. A leitura de trechos do evangelho é feita por um agente, uma liderança ou um membro de algum grupo de produção. Após a leitura, há uma reflexão sobre o que foi lido, na qual todos podem intervir expondo as suas interpretações sobre a palavra cristã. Maria, agente do Secretariado Regional da Cáritas Brasileira no Ceará, fala da mística como um momento de celebração da reflexão pessoal que faz o sujeito pensar sobre si e as suas relações com os outros e com a natureza. Ela também destaca que na grande maioria das vezes são os textos bíblicos que são utilizados nesses momentos, nos quais os agentes também fazem interpretações do evangelho de acordo com o atual passo da história, ajudando-os a refletir sobre o “hoje”.

A mística, ela anima as pessoas a acreditarem num projeto diferente de sociedade, ela anima a fé nas pessoas, né? Em Cristo, num mundo diferente, também em Cristo que é um referencial muito forte, né? (...) Ela se concretiza, é... muito fortemente, nestes momentos de vivência, da espiritualidade, que se dá através de partilha, de orações, de cantos também, de expressões às vezes, até expressões culturais também, mas que aquilo toca o coração das pessoas, né? (...) no sentido de apelar às pessoas, apelar pra questão de mudar essa realidade de exclusão que as pessoas vivem. Então, cada qual tem essa relação com isso. O momento da mística, ele primeiro tem um momento da pessoa, que leva a pessoa a introspecção, ao contato consigo. E nesse contato consigo também, você é despertado pra fazer uma relação com o mundo, com a sua vida ao redor, e qual a motivação que a gente tem pra mudar essa realidade. Então esses momentos de mística, eles tem muito esse papel de fazer você olhar pra dentro de você, você se perceber enquanto sujeito de sua história, mas também da história do coletivo, né? E sempre também nos momentos de celebração da mística, a gente costuma trazer alguma leitura, e muitas vezes, eu acho que 99% das vezes, são textos bíblicos justamente que remetem a ação de Jesus, ou mesmo anteriormente, que tinha uma relação com a caminhada do povo, né? Do povo de Jesus, que são assim pessoas em situações de exclusão, caminhando pra uma situação mais justa, né? Uma situação melhor de vida. Então assim, eles fazem a gente mergulhar um pouco nessa experiência de antepassado e a relação com o hoje na Cáritas. Esses momentos místicos são muito, muito nessa linha. (Maria, agente do Secretariado Regional da Cáritas Brasileira no Ceará).

No momento da mística, as pessoas pensam sobre o mundo hodierno a partir dos ensinamentos do Evangelho, ao mesmo tempo em que se confraternizam com abraços, apertos de mão, troca de objetos pessoais ou escolhidos para serem doados às pessoas envolvidas na interação. É na “hora” da mística, que vem à tona com melhor definição a presença da máxima cristã “amai-vos uns aos outros

como eu vos amo” (João 13, 34; 15, 12). A “mística” deixa claro que as ações dos agentes de Cáritas, e dos trabalhadores dos grupos fomentados e acompanhados por eles, são alimentadas pela lição cristã idealmente guiadora da sua prática.

Com a “fé” fortalecida pela “mística e espiritualidade”, busca-se a “emancipação”. A noção de **emancipação** é uma peça chave na constituição da “cultura da solidariedade”. Esse conceito se refere à liberdade que seria conseguida por meio da mudança dos valores e padrões de vida estabelecidos na sociedade capitalista moderna. Alguns agentes dizem que a “cultura da solidariedade” é um modo de vida contra o capitalismo e o individualismo que ele criou, e “a prática da solidariedade é o caminho para a emancipação”, como diz Maria.

Para os sujeitos da minha pesquisa, a “emancipação” é um dos maiores objetivos da Cáritas, pois ela seria a realização de uma autonomia política e econômica dos “excluídos”, reforçando a “cultura da solidariedade” por meio de recursos como a EPS:

A emancipação é um dos objetivos maiores, assim, do trabalho da Cáritas, porque justamente ela é sinônimo de que as comunidades, as pessoas de situação de exclusão, elas estão buscando um caminho, pra não dependência (...). Então ela percebeu, ela como um dos grandes objetivos na autonomia, na emancipação e na proposta da economia solidária. Ela também tem uma relação muito forte com a questão do trabalho, (...) o trabalho como algo de propriedade das pessoas mesmas, os trabalhadores e as trabalhadoras, né? E não de outros meios de produções, sendo das próprias pessoas. Então tem esse caráter também da autonomia e da emancipação, não apenas políticas, né (?), mas até mesmo nas outras dimensões econômicas, que acho que tá muito presente também nessas iniciativas de trabalho da Economia Popular Solidária, além da questão política (...) (Maria, Secretária do Regional da Cáritas Brasileira no Ceará).

A “emancipação” poderia ser conquistada pelo trabalho, por meio do qual os agentes tentam fazer um processo de “inclusão social”. O detalhe é que o conceito de “emancipação” movimentado pelos agentes de Cáritas possui limites de ordem prática, esgotando a perspectiva de liberdade com a possível efetivação de direitos civis, políticos e sociais.

Como observado ao longo deste artigo, as noções dos agentes e de seu trabalho estão intimamente ligadas às ideias religiosas do cristianismo católico. A dimensão religiosa dessa noção de “emancipação” levou-me a pensar na discussão feita por Marx (1993, p.33-73) sobre a diferença entre **emancipação política** e **emancipação humana** presente em seu estudo sobre a **questão judaica**.

Segundo Marx (1993), a formal emancipação, **civil** e **política**, sob o reconhecimento do mediador entre o indivíduo e a sua liberdade – o Estado, regulador da sociedade civil – pode ser efetivada, mas a **emancipação integral**, humana, para além das amarras do Estado e da religião,

não. No entendimento de Marx, a religião possibilita um grande entrave para a liberdade, que não se efetivaria amplamente por estar sendo tutelada pelo Estado cristão. A **emancipação humana** somente seria possível, a partir da ruptura com o Estado capitalista, com os seus mecanismos de controle e ordenamento jurídico e com a religião. Sem isso, a **emancipação política**, superficial e limitada, continuará reduzindo o “homem, por um lado, a membro da sociedade civil, indivíduo **independente** e **egoísta** e, por outro, a cidadão, a pessoa moral” (MARX, 1993, p. 63).

Concordando com a perspectiva de Marx (1993), identifica-se que os agentes de Cáritas e os “excluídos” não se guiam por uma libertação da religião e do Estado – que garante os direitos civis e políticos como o direito à liberdade e à igualdade na perspectiva de uma contraditória manutenção da propriedade privada –. Assim, a **emancipação humana** não se realiza, e o indivíduo continua preso política e ideologicamente às estruturas mantenedoras da sociedade capitalista.

Considerando as suas contradições, a Cáritas continua envidando esforços para a elaboração da “cultura da solidariedade”, modo de ser e de viver tido pelos agentes como fundamental para a construção de uma nova sociedade, feita com “os excluídos” e “as excluídas”, a caminho da utopia social.

A CONSTRUÇÃO DO “REINO DE DEUS” NA TERRA

A organização Cáritas Brasileira divulga que o recurso da “educação” para a “cultura da solidariedade” deve proporcionar a criação de uma sociedade “ideal”, em que não haja exploração no trabalho, violências, concentração e acumulação de riquezas, privação de direitos, etc. Eis que o discurso social dos agentes da Cáritas e os documentos institucionais¹¹ convergem para a ideia de construção de uma **sociedade utópica**, a qual a Organização se refere como “Reino de Deus”.

Tem início, na década de 1960, a mudança da atuação de setores da Igreja latino-americana em relação às desigualdades socioeconômicas, às questões de ordem política e às práticas caritativas, a exemplo do surgimento da Teologia da Libertação e do Movimento Igreja dos Pobres¹². No caso

¹¹ Cf. Arquidiocese de Fortaleza (2006).

¹² A Igreja dos pobres, sob a orientação da Teologia da Libertação, pode ser entendida como um movimento que se define “dentro de um feixe de relações, marcado por um conjunto de oposições e interesses que compõem o campo religioso e político latino-americano nos anos 60 a 90” (STEIL, 1999, p. 61). A Igreja dos pobres, em toda a América Latina, passa a deslocar-se da mística para a razão secular: o desenvolvimento econômico capitalista e o processo de transformação política da sociedade perpassam com a tomada de consciência da massa católica, que esteve afincada, por muito tempo, apenas ao misticismo religioso e devocional.

da Cáritas Brasileira, constata-se, a partir da década de 1970, a introdução de um elemento **político** que modificou a representação em torno do pobre, atualmente identificado por ela como “excluído/a”.

Essa denominação incorpora um novo entendimento sobre a pobreza, que começa a ser percebida não mais como um resíduo a ser contornado pela assistência pública ou pela caridade privada, mas como determinação estrutural da lógica de concentração do capital. Excluído é aquele que não encontra lugar na sociedade de mercado capitalista e **grita** (Grito dos Excluídos) pela qualidade de cidadão.

Na dinâmica da Cáritas Brasileira, no Ceará, a opção preferencial pelos pobres, feita pela Igreja em suas conferências do episcopado latino-americano de Medellín (1969) e Puebla (1979), está associada ao beneficiário da caridade cristã (o pobre), e, ao mesmo tempo, ao elemento político da transformação social, que o toma como autor de sua própria história e como sujeito com poder de intervir na vida social.

Na década de 1980, a Cáritas deu início a um trabalho pedagógico junto aos pobres, visando a atividades econômicas cooperativistas chamadas de Projetos Alternativos Comunitários (PACs), que na década de 1990 foram designadas Economia Popular Solidária (EPS), da qual, como dizem os agentes da Cáritas, os “pobres”, os “excluídos”, são os “protagonistas” no desenvolvimento de uma “cultura da solidariedade”. Foi com esta incursão pelos caminhos do trabalho dos agentes de Cáritas que busquei entender como a lição cristã católica é por eles interpretada no desenvolvimento da EPS, no combate à “pobreza” e à “exclusão social”, cujo objetivo é a efetivação do “Reino de Deus” no mundo pragmático dos homens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA DE INFORMAÇÃO FREI TITO PARA A AMÉRICA LATINA (ADITAL). 2007. Disponível em: <<http://www.adital.com.br/admbanner/admentor/admentorredir.asp?id=195&way=ban>>. Acesso em 04.12.2007.

ARAÚJO, Maria Neyara de Oliveira. *A miséria e os dias: história social da mendicância no Ceará*. São Paulo: HUCITEC, 2000.

ARRUDA, Marcos. *Tornar real o possível: a formação do ser humano integral, economia solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.

ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA. Disponível em: <<http://www.arquidiocesedefortaleza.org.br/pastorais.asp>>. Acesso em 15.01.2006.

BERTUCCI, Ademar de Andrade; ALVES DA SILVA, Roberto Marinho (Orgs.). *Vinte anos de Economia Popular Solidária: trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS*. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

BÍBLIA sagrada. Trad. Centro Bíblico de São Paulo. 138ª ed. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2002.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES); FÓRUM

BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). 2006. *Economia solidária: outra economia acontece!* (cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social). Brasília: Centro de Criação de Imagem Popular (CECIP).

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O trabalho do antropólogo*. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 2000.

CÁRITAS BRASILEIRA. “Rede Abelha: tornando a vida mais doce”. In: BERTUCCI, Ademar de Andrade; ALVES DA SILVA, Roberto Marinho (Orgs.). *Vinte anos de Economia Popular Solidária: trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS*. Brasília, 2003a.

_____. *Fundo Nacional de Solidariedade: um gesto concreto da Igreja no enfrentamento da pobreza no Brasil* [Relatório de avaliação de desempenho do Fundo Nacional de Solidariedade e do processo de constituição e desenvolvimento dos Fundos Diocesanos de Solidariedade (relatório-síntese 1999-2001)]. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003b.

_____. *Estratégias para superação da fome e da miséria: contribuição da Cáritas Brasileira ao mutirão promovido pela CNBB*. Brasília: Cáritas Brasileira. p. 17-8, 2003c.

_____. *Cáritas na promoção da solidariedade: como organizar a ação da Cáritas*. 2ª ed. Brasília: Cáritas Brasileira (Série cartilhas, 1), 2006a.

_____. *Vinte e cinco anos de Economia Popular Solidária*. Brasília: Cáritas Brasileira (Série cartilhas, 2), 2006b.

_____. *Cartilha Fundo Diocesano de Solidariedade*. Brasília: Cáritas Brasileira, 2002.

CATTANI, Antonio David (Org). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

CATTANI, Antonio David; GAIGER, Luis Inácio; LAVILLE, Jean-Louis; HESPANHA, Pedro (Coords.) *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra-PT: Almedina. (Série Políticas Sociais), 2009.

EPISCOPADO LATINO-AMERICANO. *Evangelização no presente e no futuro da América Latina: conclusões da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano*. (Puebla de los Angeles, México, 27-1 a 13-02 de 1979). 5ª ed. São Paulo: Paulina, 1983.

FORTE, Joannes Paulus Silva. *A Igreja dos homens: o trabalho dos agentes de Cáritas para o desenvolvimento da*

EPS no Ceará. 294 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, [2008].

GAIGER, Luiz Inácio (Org.). *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS. (Série sociedade e solidariedade), 2004.

GOLDMAN, Márcio. “Antropologia contemporânea, sociedades complexas e outras questões”. In: *Anuário antropológico/93*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

LECHAT, Nöelle Marie Paule. *Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil*. 393 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, [2004].

MARX, Karl. “A questão judaica”. In: _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. Artur Morão. Lisboa-Portugal: Edições 70, p. 33-73. (Col. textos filosóficos), 1993.

OLIVEIRA, Aécio Alves. *Uma socioeconomia política da transição: possibilidades e limites da economia solidária*. 322 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Ceará, [2006].

PINTO, João Roberto Lopes. *Economia solidária: de volta à arte da associação*. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SIMMEL, Georg. “El pobre”. In: _____. *Sociologia: estudos sobre las formas de socialización*. Alianza, 1986, p. 479-520.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo. *A economia solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA MARTINS, José de. *A exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997. (Col. temas de atualidade).

_____. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002. 27

STEIL, Carlos Alberto. “Transformações na Igreja dos Pobres”. In: *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v.19, n.2, 1999, p.61-76.